



FUNDACEM
FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES



CURSO DE ATUALIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM: CONTRATOS, PATRIMÔNIO, GOVERNANÇA E RESPONSABILIDADE FISCAL

Módulo 1 > 18 e 19/07/2026

Módulo 2 > 08 e 09/08/2026

Módulo 3 > 29 e 30/08/2026

Módulo 4 > 19 e 20/09/2026

Módulo 5 > 17 e 18/10/2026

Módulo 6 > 14 e 15/11/2026

Carga horária total

360 horas

06 MÓDULOS PRESENCIAIS

03 MÓDULOS em ENSINO A DISTÂNCIA - EAD

Corpo Docente:

Felipe Melo de Barros Souto

Mestre em Direito pela University College London, Especialista em Contratações Públicas, Diretor da 2ª Diretoria de Controle Externo do TCM – BA.

Henio Dourado Pereira

Especialista em Gestão, Controladoria e Auditoria de Contas Públicas Municipais, Contador, Consultor em Controladoria, Controlador do Município de Lauro de Freitas

Jailson Gomes de Araújo Júnior

Mestre em Administração Pública, Especialista em Direito Administrativo, MBA em Contabilidade, Auditoria e Perícia em Auditoria e Inovação no Serviço Público, Representante da ATRICON na Comissão do Pró-Gestão RPPS, Auditor Estadual de Controle Externo, atual **Diretor de Controle de Atos de Pessoal no TCM - BA**

Josemar Oliveira Lopes de Jesus

Mestre em Contabilidade com ênfase em Gestão Governamental, Possui mais de 20 (vinte) anos de experiência profissional, com atuação Estratégica nas áreas de Contabilidade, Normatização e Gestão Patrimonial, Bacharel em Ciências Contábeis, Consultor e Professor da UFBA.

Ricardo Luiz Souza Santos

Especialista em Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021), Especialista em Defesa Técnica junto aos Tribunais, Especialista em Procuradoria Jurídica, Especialista em Controladoria Interna, Consultor do Setor de Licitação e em Gestão Pública de diversos Municípios, Ex- Procurador Jurídico do município de Santo Antônio de Jesus, Consultor Jurídico Municipal, Advogado.

Rita Andrea Rehem Almeida Tourinho

Doutora em Direito, Mestra em Direito Público, **Promotora de Justiça do MPE – BA**

Romualdo Anselmo dos Santos

Doutor e Mestre em Ciências Políticas, atual **Superintendente da Controladoria Geral da União, CGU – BA**

Wellington Lázaro Barreto de Oliveira

Especialista em Planejamento Tributário, Especialista em Processos nos Tribunais de Contas, Ex- Controlador Geral, Ex- Secretário de Finanças, Ex- Diretor Tributário, Ex- Assessor do Gabinete do Prefeito do Município de Mata de São João, Selo Diamante em Transparência Pública (ATRICON), Bacharel em Ciências Contábeis, Advogado (OAB - licenciado), atual Secretário de Educação do Município de Mata de São João.

MATRÍCULAS ABERTAS

www.fundacem.org.br

fundacemssa@yahoo.com.br

fundacem@fundacem.org.br



@fundacemsalvador

Tel.: (71) 99395-8427

Tel.: 71 3244-8427 / 3244-6701

Financeiro: 71 99186-7431

APRESENTAÇÃO

A administração pública municipal enfrenta hoje desafios cada vez mais complexos: **Lei 14.133/2021**, maior exigência dos Tribunais de Contas, cobrança por resultados, transparência e integridade. Por essa razão a FUNDACEM está lançando o **Curso de Atualização da Gestão Pública Municipal: Contratos, Patrimônio, Governança e Responsabilidade Fiscal**, que foi especialmente desenvolvido para preparar **gestores, servidores e responsáveis técnicos** a atuarem com segurança jurídica, eficiência e governança, reduzindo riscos de responsabilização.

OBJETIVOS DO CURSO

- Formar profissionais capazes de planejar, executar, fiscalizar e prestar contas de contratos administrativos com segurança;
- Capacitar na gestão completa do patrimônio público (do ingresso ao desfazimento de bens móveis e almoxarifado);
- Desenvolver competências em governança, integridade e compliance público;
- Dominar o ciclo completo do planejamento e orçamento municipal com foco em responsabilidade fiscal;
- Preparar o servidor para atuar com segurança jurídica frente aos órgãos de controle (TCE/TCM, CGU, MP e Controle Interno).

DIFERENCIAIS

- Abordagem **prática e multidisciplinar**: contratos + patrimônio + orçamento + governança + responsabilização
- Professores com ampla experiência real na administração pública
- Ênfase em checklists, modelos, matrizes de riscos e casos concretos
- Foco na **segurança jurídica** do servidor (evitar multas, imputações de débito e processos)
- Atualização com a Lei 14.133/2021 e jurisprudência dos Tribunais de Contas
- Formato híbrido (presencial + EAD) para maior flexibilidade

Ao final do curso você estará preparado para:

- Gerir contratos com menor risco de glosas e responsabilizações
- Organizar o patrimônio e almoxarifado dentro das normas
- Construir instrumentos de planejamento e orçamento de qualidade
- Atuar com governança e integridade, protegendo-se juridicamente
- Contribuir para uma gestão pública mais eficiente, transparente e orientada a resultados.

O Curso está disposto em 09 (nove) módulos sendo 06 (seis) presenciais e 03 (três) em EAD, por vídeo aulas, com a carga horária total de 360 horas. Para o aluno que obtiver frequência mínima de 75%, bem como nota mínima de 7,0 (sete) em cada uma das 09 (nove) disciplinas, poderá requerer o Certificado de **Especialização em Gestão Pública Municipal com Governança**, desde que atenda as exigências de frequência e notas, tenha curso superior completo e esteja quite financeiramente com o Curso.

Observação: esse Curso não tem obrigatoriedade de apresentação de Trabalho de Conclusão do Curso – TCC.

Seja bem-vindo!

César Montes
Presidente da FUNDACEM
Coordenador Geral do Curso
(71) 98805-4321

CURSO ATUALIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM: CONTRATOS, PATRIMÔNIO, GOVERNANÇA E RESPONSABILIDADE FISCAL

MÓDULO I - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

1. Fundamentos da Lei nº 14.133/2021 Aplicados à Gestão e Fiscalização Contratual

- Princípios aplicáveis às licitações e contratos administrativos;
- Planejamento como eixo estruturante da contratação pública;
- Governança, segregação de funções e gestão por competências;
- Agentes públicos envolvidos na contratação;
- Diferença entre gestor de contrato, fiscal técnico, fiscal administrativo e equipe de apoio;
- Responsabilidades dos agentes públicos;
- Fase preparatória e sua relação com a execução contratual;
- Instrumentos essenciais: Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Projeto Básico, Matriz de Riscos, Edital, Contrato e Parecer Jurídico.

2. Gestão e Fiscalização e a Aquisição de Produtos e Serviços Comuns

- Conceito de bens e serviços comuns;
- Planejamento das aquisições;
- Documento de Formalização da Demanda;
- Estudo Técnico Preliminar para compras e serviços comuns;
- Termo de Referência conforme a Lei nº 14.133/2021 e IN CGNOR/ME nº 81/2022;
- Pesquisa de preços conforme art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e IN SEGES/ME nº 65/2021;
- Definição do objeto, quantitativos, requisitos técnicos e critérios de aceitação;
- Critérios de medição, pagamento e recebimento provisório e definitivo;
- Gestão de riscos em compras e serviços comuns;
- Acompanhamento da entrega, conferência de qualidade e conformidade;
- Procedimentos para glosa, rejeição, correção de falhas e aplicação de sanções;
- Checklists de fiscalização para aquisição de produtos e serviços comuns.

3. Gestão e Fiscalização de Contrato Continuado de Terceirização com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra

- Conceito de serviços contínuos;
- Conceito de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;
- Características da terceirização com dedicação exclusiva;
- Planejamento da contratação;
- Documento de Formalização da Demanda;
- Estudo Técnico Preliminar;
- Termo de Referência;
- Mapa de riscos;
- Matriz de riscos;
- Análise de questões trabalhistas;
- Responsabilidades da Administração na fiscalização;
- Fiscalização técnica e administrativa;
- Controle de jornada, frequência e postos de trabalho;

- Verificação de pagamento de salários, adicionais, horas extras, vale-transporte, vale-alimentação, férias, 13º salário, FGTS e encargos previdenciários;
- Documentos trabalhistas exigíveis durante a execução;
- Conta depósito vinculada;
- Planilhamento de custos e formação de preços;
- Fiscalização da planilha de custos;
- Repactuação;
- Reajuste;
- Prorrogação contratual;
- Glosas e retenções;
- Medição e pagamento;
- Riscos de responsabilização da Administração;
- Boas práticas para encerramento contratual;
- Checklist mensal de fiscalização de contratos com dedicação exclusiva de mão de obra.

4. Gestão e Fiscalização de Obras e Serviços Comuns de Engenharia

- Conceito de obra;
- Conceito de serviço de engenharia;
- Conceito de serviço comum de engenharia;
- Peculiaridades da contratação de obras e serviços de engenharia;
- Planejamento técnico da contratação;
- Estudo Técnico Preliminar;
- Termo de Referência;
- Projeto Básico;
- Projeto Executivo;
- Orçamento estimado;
- Cronograma físico-financeiro;
- BDI e encargos sociais;
- Regimes de execução;
- Medição de obras e serviços de engenharia;
- Fiscalização técnica da execução;
- Registro em diário de obras;
- Recebimento provisório e definitivo;
- Aditivos contratuais;
- Controle de quantitativos;
- Prevenção de sobrepreço e superfaturamento;
- Responsabilidade técnica e necessidade de registro em conselhos profissionais, como CREA ou CAU, quando aplicável;
- Garantias de proposta e garantias contratuais;
- Sustentabilidade, acessibilidade, impacto ambiental e impacto de vizinhança;
- Aplicação de BIM ou justificativa técnica para sua não utilização.

5. Análise de Riscos, Mapa de Riscos e Matriz de Riscos

- Conceito de risco na contratação pública;

- Riscos da fase preparatória;
- Riscos da fase de seleção do fornecedor;
- Riscos da execução contratual;
- Riscos trabalhistas;
- Riscos financeiros;
- Riscos ambientais;
- Riscos técnicos em obras e engenharia;
- Riscos de inadimplemento;
- Riscos de sobrepreço e superfaturamento;
- Riscos de falhas na fiscalização;
- Elaboração de mapa de riscos com classificação em alto, médio e baixo;
- Medidas preventivas e mitigadoras;
- Estrutura da matriz de riscos conforme art. 6º, XXVII, da Lei nº 14.133/2021;
- Alocação de riscos entre Administração e contratado;
- Relação entre matriz de riscos, equilíbrio econômico-financeiro e eventuais aditivos.
- Incluir modelo prático de matriz de riscos com as seguintes colunas: Evento de risco; Causa provável; Consequência; Probabilidade; Impacto; Classificação; Responsável pelo risco; Medida preventiva; Medida mitigadora; Forma de monitoramento.

6. Projeto Básico em Obras e Serviços de Engenharia

- Levantamentos topográficos, sondagens, ensaios geotécnicos, estudos socioambientais e demais levantamentos necessários;
- Soluções técnicas globais e localizadas;
- Tipos de serviços, materiais e equipamentos a utilizar;
- Métodos construtivos e instalações provisórias;
- Subsídios para plano de licitação e gestão da obra;
- Orçamento detalhado com quantitativos fundamentados;
- Cronograma físico-financeiro;
- Normas técnicas aplicáveis;
- Compatibilidade entre projeto básico, projeto executivo, orçamento e execução contratual;
- Riscos decorrentes de projeto básico incompleto ou deficiente.

ATIVIDADES PRÁTICAS

1. Análise de checklist para fiscalização de aquisição de produtos;
2. Análise de checklist mensal para contrato com dedicação exclusiva de mão de obra;
3. Análise de uma planilha de custos de terceirização;
4. Simulação de verificação de documentos trabalhistas;

MÓDULO II - GESTÃO NORMATIVA E OPERACIONAL DO ATIVO IMOBILIZADO: ASPECTOS BÁSICOS DOS PROCEDIMENTOS PATRIMONIAIS, CONTÁBEIS, ORÇAMENTÁRIOS E DE CONTROLE. (DO INGRESSO AO DESFAZIMENTO DOS BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS)

1. Aspectos Iniciais, Conceituais E Normativos Sobre O Patrimônio Público

- Diagnóstico Situacional;

- Conceituação;
- Composição;
- Características Básicas;
- Normatizações Gerais;
- Natureza dos Bens Públicos;
 - Natureza por Titularidade;
 - Natureza Contábil;
 - Natureza Jurídica;
- Terminologias diversas relacionadas ao Patrimônio Público;
- Para que é importante compreender sobre Patrimônio Público?;
- Detalhamento dos Bens Públicos;
 - Bens Permanentes *versus* Bens de Consumo;
- Critérios para Classificação dos Bens;
- Classificação Econômica e Codificação da Despesa;
- Diagnóstico Situacional dos Bens Patrimoniais;
 - Identificação;
 - Localização;
 - Atribuições dos Responsáveis;
 - Do Gestor;
 - Da Setor Patrimônio;
 - Do Setor Contábil; e
 - Do Servidor Público

2. Procedimentos de Incorporação, Registro e Controles dos Bens Patrimoniais

- Incorporação dos Bens Públicos
- Dependente e Independente da Execução Orçamentária
 - Registros
 - Requisitos Legais para a incorporação
 - Conciliação Patrimonial: Setor Contábil *versus* Setor de Patrimônio
 - Relatórios Mensais
- Controle dos Bens Públicos
 - Procedimentos de Controle dos Bens Permanentes
 - Ração Custo *versus* Benefícios do Controle dos Bens
- Avaliação Inicial dos Bens Públicos
- Depreciação dos Bens Públicos
- Reavaliação dos Bens Públicos
- Relatórios diversos e Inventários de Bens Públicos
 - Tipos de inventários
 - Inicial, eventual, anual (periódico), encerramento.
- Novas Tecnologias

3. Procedimentos de Desincorporação dos Bens Patrimoniais

- Desincorporação *versus* Alienação dos Bens Públicos

- Resultante e Independente da Execução Orçamentária
- Bens Públicos Inservíveis
 - Ocioso
 - Recuperável
 - Antieconômico
 - Irrecuperável
- Requisitos Legais para a desincorporação (etapas)
- Tipos de Desfazimento
 - Por Alienação (Venda, Permuta ou Doação)
 - Por Sucata (sem recuperação / risco)
 - Por Roubo
 - Por Extravio
 - Por Sinistro
 - Por Não Localização

4. Procedimentos Operacionais Práticos Sobre Patrimônio Público

- Principais Achados de Auditoria: Inconsistências *versus* recomendações;
- Conferencia nas competências das incorporações, bens moveis e imóveis *versus* Setor Contábil;
- Conferência de baixa patrimoniais *versus* Setor Contábil;
- Conferencia final das peças exigidas na prestação de contas ;
- Notas Explicativas;
- Tecnologia da Informação no segmento da Gestão Patrimonial;
- Casos concretos.

MÓDULO III - GOVERNANÇA EFICAZ E INTEGRIDADE MUNICIPAL

1. Fundamentos e a Rede de Stakeholders

- **O que é Governança na Prática:** Diferença entre Gestão (fazer as coisas certo) e Governança (garantir que as coisas certas sejam feitas).
- **O "Porquê" da Governança:** Superando a visão de "tarefa burocrática" para a visão de "entrega de valor".
- **Mapeamento de Stakeholders:** Identificação de atores locais (Câmara de Vereadores, associações de bairro, conselhos municipais e iniciativa privada).
- **Gestão Colaborativa:** Como criar canais de escuta ativa que funcionem sem paralisar a máquina pública.
- **Engajamento e Senso de Dono:** Como o engajamento individual reduz o retrabalho e o estresse organizacional.
- **A Teoria da Agência no Setor Público:** Entendendo a responsabilidade de gerir o que pertence ao cidadão.
- **Oficina Prática:** Matriz de Poder e Interesse aplicada ao contexto do município dos participantes.

2. INTEGRIDADE, ÉTICA E COMPLIANCE PÚBLICO

- **Cultura de Integridade:** Além do código de ética impresso; o comportamento como exemplo.

- **Programas de Integridade Municipal:** Como implementar diretrizes da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/21) e planos de integridade.
- **Gestão Participativa Interna:** Criando comitês de governança transversais (unindo diferentes secretarias) para quebrar silos.
- **Conflito de Interesses:** Identificação de situações de risco no cotidiano de cidades pequenas (parentesco, pressões políticas e fornecedores locais).
- **Gestão de Riscos e Proteção Jurídica:** Como a documentação adequada e a observância aos processos protegem o servidor perante o CPF e a LINDB.
- **A Matriz de Responsabilidades (RACI):** Definindo claramente quem faz, quem aprova, quem é consultado e quem é informado, evitando o "ninguém sabia de nada".
- **Canais de Denúncia e Proteção ao Denunciante:** Como garantir anonimato e efetividade.

3. Relacionamento com Órgãos de Controle

- **O "Apagão das Canetas" vs. Segurança Jurídica:** Como a governança protege o servidor de responsabilizações indevidas (LINDB).
- **Controle Interno como Aliado:** Fortalecimento da Controladoria Geral do Município (CGM).
- **O Controle como Consultoria:** Mudando a cultura de "esconder erros" para a cultura de "corrigir processos" junto aos órgãos de controle.
- **Indicadores de Impacto Social:** Definindo metas que o servidor sinta orgulho de bater.
- **Diálogo com o Tribunal de Contas, Controladoria-Geral da União e Ministério Público:** Transparência passiva e ativa como estratégia de defesa.
- **Gestão de Riscos:** Identificar gargalos antes que virem apontamentos ou multas.

4. Gestão Participativa e Resultados

- **Conselhos Municipais:** Como torná-los deliberativos e técnicos, evitando a politização excessiva.
- **Orçamento Participativo e Audiências Públicas:** Ferramentas digitais para aumentar a participação em cidades médias.
- **Indicadores de Desempenho:** Como medir o sucesso da governança para além das finanças.
- **Transparência como Ativo de Engajamento:** Como a clareza dos dados motiva a sociedade a colaborar e reduz a pressão desinformada sobre o servidor.
- **Encerramento:** Elaboração de um "Plano de Ação de 90 Dias" para aplicar um conceito do curso na secretaria de origem.

MÓDULO IV – O MINISTÉRIO PÚBLICO, A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O PAPEL DAS PROCURADORIAS MUNICIPAIS

1. Estrutura e Competências do Ministério Público no Controle da Administração Pública

- O Ministério Público antes e depois da Constituição de 1988: transformação institucional, atribuições e ampliação do espaço de atuação;
- O fenômeno do Ministério Público demandista: origens, consequências e desafios contemporâneos;
- A autocomposição de conflitos na instituição: da Resolução CNMP nº 118/2014 à criação do COMPOR/MPBA e à consolidação da cultura consensual;

- A atuação preventiva no MPBA: instrumentos, fluxos de trabalho e potencialidades no controle da gestão pública.

2. Improbidade Administrativa: Evolução Normativa e Repercussões para as Procuradorias

- A Lei nº 8.429/1992 e a reforma promovida pela Lei nº 14.230/2021: principais mudanças, novos requisitos e desafios interpretativos;
- O Acordo de Não Persecução Civil – ANPC: fundamento constitucional, limites, procedimento e papel estratégico das Procuradorias Municipais na sua celebração e execução;
- O dever das Procuradorias na prevenção, correção e mitigação de riscos relacionados à responsabilização por improbidade.

3. A Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021) na Atuação do Ministério Público

- Pontos sensíveis da Lei nº 14.133/2021 que têm atraído a atenção do Ministério Público: planejamento, estudos técnicos, pesquisas de preços, fiscalização contratual, integridade e governança;
- Como as Procuradorias podem eliminar irregularidades relevantes na fase preparatória e nas fases externa e contratual;
- Relação entre parecer jurídico, responsabilização e prevenção de ilícitos.

4. Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013): Expectativas sobre as Procuradorias

- Responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas: elementos essenciais;
- Avaliação de programas de integridade no âmbito municipal;
- Interação entre Procuradoria, Controladoria Interna e Ministério Público na prevenção e repressão a atos lesivos.

5. A Atuação das Procuradorias nos Ajustes e Soluções Pactuadas com o Ministério Público

- Função técnica da Procuradoria na elaboração, revisão e acompanhamento de TACs, ANPCs e planos de integridade;
- Impactos jurídicos, financeiros e administrativos dos ajustes firmados;
- Boas práticas para prevenir ou eliminar irregularidades no diálogo institucional com o MP.

6. A Participação das Procuradorias nos Processos de Seleção de Pessoal

- Competências jurídicas essenciais da Procuradoria nos concursos públicos e processos seletivos;
- Prevenção de nulidades: edital, banca examinadora, critérios objetivos, fases e impugnações;
- O impacto da Proposta de Emenda Parlamentar nº 38 (Reforma Administrativa) e novas expectativas quanto à profissionalização e governança da força de trabalho municipal.

7. Os órgãos de controle frente a admissão de pessoa;

- A regra do concurso público;
- Exceções;
- Da terceirização;
- Ajuste decorrentes do MIROSC;
- Outros vínculos;
- Consequências das irregularidades observadas.

8 - O controle das emendas parlamentares pelos órgãos de controle a partir da decisão do STF

MÓDULO V – PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL, ORÇAMENTO PÚBLICO E RESPONSABILIDADE FISCAL

1. Estado, Governança e Políticas Públicas Municipais

- **Estado, Governo e Administração Pública**
- Conceitos fundamentais
- Administração pública municipal
- Governança pública e gestão por resultados
- Eficiência, eficácia e efetividade

Políticas Públicas Municipais

- Conceito e tipologias
- Ciclo das políticas públicas
- Formulação, implementação e avaliação
- Indicadores de desempenho e monitoramento

Participação Social e Transparência

- Controle social
- Transparência pública
- Ouvidoria e acesso à informação
- Accountability

Tendências Contemporâneas na Gestão Municipal

- Governo digital
- Integridade institucional
- Sustentabilidade na gestão pública
- Transformação digital
- Planejamento orientado por dados e evidências

Estudos de Casos e Jurisprudência

- Casos práticos em administrações municipais
- Análise de decisões dos Tribunais de Contas
- Exemplos de responsabilização de gestores municipais

2. Planejamento Governamental e Instrumentos Orçamentários Municipais

- **Planejamento Governamental Municipal**
- Planejamento estratégico na administração municipal
- Integração entre planejamento, orçamento e execução
- Gestão orientada por resultados
- Indicadores de desempenho governamental
- Metas físicas e financeiras
- Monitoramento e avaliação de programas municipais

Instrumentos de Planejamento e Orçamento

- PPA — Plano Plurianual
- LDO — Lei de Diretrizes Orçamentárias
- LOA — Lei Orçamentária Anual
- Compatibilização entre PPA, LDO e LOA
- Planejamento fiscal municipal

Fundamentos Legais do Planejamento e Orçamento

- Constituição Federal
- Lei nº 4.320/1964
- Lei Complementar nº 101/2000

Principais falhas no planejamento governamental

- Inconsistência entre metas e orçamento
- Planejamento sem execução financeira
- Ausência de indicadores de desempenho
- Falhas na estimativa de receitas
- Improriedades identificadas pelos Tribunais de Contas

Estudos de casos e jurisprudência

- Análise de PPA, LDO e LOA municipais
- Jurisprudência dos Tribunais de Contas sobre planejamento insuficiente
- Casos de incompatibilidade entre metas físicas e financeiras
- Irregularidades recorrentes no planejamento municipal

3. Orçamento Público Municipal E Execução Orçamentária E Financeira

Orçamento Público Municipal

- Conceitos e fundamentos do orçamento público
- Princípios orçamentários
- Receita pública e despesa pública
- Classificações orçamentárias
- Governança orçamentária
- Qualidade do gasto público
- Eficiência do gasto governamental

Receita Pública Municipal

- Receita corrente e de capital
- Receitas tributárias municipais
- Transferências constitucionais
- Estágios da receita
- Arrecadação e fiscalização

Despesa Pública

- Empenho
- Liquidação
- Pagamento
- Restos a pagar
- Despesas obrigatórias e discricionárias

Créditos Adicionais e Alterações Orçamentárias

- Créditos suplementares
- Créditos especiais
- Créditos extraordinários
- Remanejamento, transposição e transferência

Execução Financeira

- Programação financeira

- Cronograma de desembolso
- Fluxo financeiro governamental
- Controle financeiro municipal

Licitações, Contratos e Execução Orçamentária

- Relação entre orçamento e contratação pública
- Planejamento das contratações
- Gestão e fiscalização contratual
- Matriz de riscos

Erros Recorrentes da Gestão Pública Municipal

- Fracionamento indevido da despesa
- Empenho inadequado
- Despesas sem cobertura contratual
- Reconhecimento indevido de dívida
- Restos a pagar sem disponibilidade financeira
- Falhas no planejamento da contratação
- Ausência de fiscalização contratual

Estudos de Casos e Jurisprudência

- Acórdãos dos Tribunais de Contas
- Casos reais de irregularidades orçamentárias municipais
- Análise de responsabilização por falhas na execução financeira
- Entendimentos consolidados sobre execução da despesa

4. Responsabilidade Fiscal, Fiscalização e Controle

Fundamentos da Responsabilidade Fiscal

- Princípios da gestão fiscal responsável
- Equilíbrio fiscal e sustentabilidade financeira
- Transparência e responsabilidade na gestão pública

Principais Dispositivos da LRF

- Despesa com pessoal
- Limites de endividamento
- Renúncia de receita
- Metas fiscais
- Relatórios fiscais obrigatórios

Fiscalização e Controle da Administração Pública Municipal

- Fiscalização da administração pública: competências e responsabilidades
- Controle interno: conceito, finalidade e estrutura do sistema de controle interno municipal
- Controle externo e competências dos Tribunais de Contas
- Papel do Poder Legislativo na fiscalização e no controle da administração pública
- Integração entre controle interno, controle externo e Poder Legislativo
- Principais irregularidades apontadas pelos órgãos de controle

Estudos de Casos e Jurisprudência

- Jurisprudência aplicada do Tribunal de Contas da União
- Entendimentos relevantes dos Tribunais de Contas Estaduais

- Casos de responsabilização fiscal
- Irregularidades recorrentes apontadas em auditorias municipais.

MÓDULO VI - GESTÃO E CONTROLE DOS BENS EM ALMOXARIFADO NO SETOR PÚBLICO: ASPECTOS BÁSICOS DOS PROCEDIMENTOS PATRIMONIAIS, CONTÁBEIS, ORÇAMENTÁRIOS E DE CONTROLE, COM FOCO NO PLANEJAMENTO E NA EXECUÇÃO PARA UMA GESTÃO PATRIMONIAL EFETIVA

1. Aspectos iniciais, conceituais e normativos sobre o patrimônio público

- Conceituação
- Composição
- Características Básicas
- Normatizações Gerais
- Terminologias diversas relacionadas ao Patrimônio Público
- Para que é importante compreender sobre Patrimônio Público?
- Detalhamento dos Bens Públicos
 - Bens Permanentes *versus* Bens de Consumo
 - Princípio do Custo Benefício
- Critérios para Classificação dos Bens
- Classificação Econômica e Codificação da Despesa

2. Procedimentos iniciais de incorporação, identificação, armazenamento e registro dos bens de almoxarifado

- Conceituação de Material
- Bens Patrimoniais, em Almoxarifado
 - Recebimento e Identificação dos materiais de Almoxarifado
 - Padronização e cadastro de materiais
 - Registro dos Bens em Almoxarifado
 - Características dos locais de estocagem de materiais
 - Atividades básicas de armazenagem (recebimento, estocagem e distribuição)
- Noções sobre segurança patrimonial (incluindo informações sobre “Segurança sobre dados e sistemas”).
- Atribuições e Responsabilidades dos profissionais que atuam direta / indiretamente, no setor de Almoxarifado
- Comissões de Inventário

3. Gestão e controle do almoxarifado

- Razões para o controle de materiais no setor público
- Operações típicas do almoxarifado
- Fluxo de movimentação de materiais considerando o almoxarifado
- Gestão de estoques
- Recebimento e entrega de materiais
- Organização de custos referente ao consumo de materiais
- Inventários no Almoxarifado
- Mensuração de estoques

- Relatórios diversos
- Novas Tecnologias

4. Procedimentos práticos e operacionais sobre o almoxarifado

- Principais Achados de Auditoria: Inconsistências *versus* recomendações;
- Conferencia Patrimoniais (Almoxarifado) *versus* Setor Contábil
- Conferencia final das peças exigidas na prestação de contas
- Análise dos Pareceres de Auditoria: Favoráveis/Desfavoráveis, expedidos pelos Órgãos de Controle Externo;
- Tecnologia da Informação no segmento da Gestão Patrimonial
- Responsabilizações pelo uso indevido dos bens
- Casos concretos.

MÓDULOS EM ENSINO A DISTÂNCIA - EAD

MÓDULO I – ADMISSÃO DE PESSOAL NO SERVIÇO PÚBLICO

1. Modalidades de ingresso no serviço público:

- Cargo efetivo;
- Emprego público;
- Contratação temporária e cargos comissionados.

2. Planejamento e execução de concursos públicos:

- Etapas;
- Contratação de banca examinadora;
- Observância aos princípios constitucionais;
- Controle de legalidade e registro de admissões.

3. Contratação por tempo determinado:

- Processo seletivo;
- Hipóteses legais de dispensa e parâmetros para sua regularidade.

4. Admissão de comissionados:

- Requisitos;
- Limitações e jurisprudência;
- Envio de atos para registro de pessoal junto aos Tribunais de Contas.

MÓDULO II – TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA, CONTROLE SOCIAL E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Transparência

1. Conceito da Transparência Pública Municipal

2. Acesso à informação pública: um direito universal

3. Transparência na Legislação

- Lei de responsabilidade Fiscal;
- Lei de Acesso à Informação;

- Impactos da Transparência na LGPD;
- Impactos da Transparência no SIAFIC;
- Impactos da Transparência na NLLC;
- Regulamentação Obrigatória.

4. Transparência ativa x Transparência Passiva nos sites oficiais

5. Programa Nacional de Transparência Pública

- Principais etapas no processo de levantamento de dados
- Metodologia
- Matriz específica: Poder Executivo
- Matriz específica: Poder Legislativo
- Critérios do Programa Nacional de Transparência Pública
- Premiação - Selo de Qualidade de Transparência Pública

6. Estratégias para implementação da Transparência pública

7. Casos práticos de uma transparência pública eficiente

CONTROLE SOCIAL E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

1. Conceitos fundamentais de controle social e participação cidadã

- Controle institucional x controle social;
- Cidadania ativa e accountability pública;
- Participação popular na gestão pública municipal.

2. Democracia participativa e governança pública

- Instrumentos de participação previstos na Constituição Federal;
- Conselhos municipais e conferências públicas;
- Audiências e consultas públicas;
- Ouvidorias públicas como canais de participação;
- Orçamento participativo e planejamento colaborativo.

3. Transparência como instrumento de controle social

- Relação entre transparência, integridade e participação cidadã;
- Dados abertos e linguagem cidadã;
- Comunicação pública acessível e inclusiva;
- Portais da transparência e incentivo à participação popular.

4. Fiscalização cidadã das políticas públicas

- Acompanhamento da execução orçamentária e financeira
- Monitoramento de contratos, licitações e obras públicas
- Controle social nas áreas de saúde, educação e assistência social;
- Indicadores públicos e avaliação de resultados governamentais;
- Boas práticas de fiscalização cidadã nos municípios.

5. Ferramentas digitais de controle social

- Plataformas de participação eletrônica (e-participação);
- Sistemas de ouvidoria e acesso à informação;
- Aplicativos e painéis de monitoramento público;
- Uso de inteligência de dados para fiscalização cidadã;

- Redes sociais e mobilização digital na gestão pública.

6. Denúncias, representações e auditoria social

- Canais oficiais de denúncia e manifestação cidadã;
- Procedimentos para representações junto aos Tribunais de Contas e Ministério Público;
- Proteção ao denunciante e ética na fiscalização;
- Auditoria cívica e acompanhamento comunitário;
- Controle preventivo e combate à corrupção.

7. Educação fiscal e formação cidadã

- Educação fiscal como instrumento de transformação social;
- Tributos, orçamento público e retorno social;
- Formação de multiplicadores do controle social;
- Participação cidadã nas escolas e comunidades;
- Cultura de integridade e responsabilidade coletiva.

8. Participação cidadã na era digital

- Governo aberto e inovação cívica;
- Inclusão digital e acesso à participação pública;
- Desafios da desinformação e da participação qualificada;
- Engajamento cidadão e fortalecimento das instituições democráticas.

9. Casos práticos e experiências exitosas de controle social

- Estudos de caso em municípios brasileiros;
- Experiências de participação popular bem-sucedidas;
- Boas práticas em transparência colaborativa;
- Resultados e impactos do controle social na gestão pública.

MÓDULO III – GOVERNANÇA NA PRÁTICA: A RESPONSABILIZAÇÃO DO GESTOR E DO SERVIDOR MUNICIPAL

1. A Regra do Jogo e as Fronteiras Civil e Penal

O que é *Accountability*? O "CPF na reta" e a desconstrução do mito "*eu só assinei porque meu chefe mandou*".

- **Princípio da Independência das Instâncias:** O Triplo Vínculo do servidor (Administrativo, Civil e Penal). Como elas não se anulam.
- **Esfera Penal (Visão Panorâmica):** Crimes do dia a dia da Administração (Peculato, Concussão, Corrupção Passiva e Prevaricação).
- **Esfera Civil (Visão Panorâmica):** A Nova Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92 atualizada pela 14.230/21). A grande mudança que protege o servidor: o fim da improbidade culposa (sem intenção). A exigência do dolo específico (vontade consciente de fraudar).

2. O Foco Principal - A Lupa Administrativa e o Tribunal de Contas

O Estatuto do Servidor Municipal (Deveres e Proibições), Sindicância e o PAD. A responsabilidade por omissão.

- **O Controle Externo (TCE/TCM):** A lógica de fiscalização do Tribunal de Contas e a diferença entre julgar o Prefeito (Contas de Governo) e julgar Secretários/Servidores (Contas de Gestão).

- **Cadeia de Responsabilização Solidária:** O foco nas funções operacionais. Por que fiscais de contrato, pregoeiros, comissões de contratação e pareceristas (técnicos e jurídicos) são punidos junto com o gestor?
- **As Penalidades do TCE:** Alertas, Multas (pagas do bolso do servidor), Imputação de Débito (devolver dinheiro ao erário corrigido) e Inabilitação para o serviço público.
- **Tomada de Contas Especial (TCE):** O que é, por que é aberta (quando há dano ao erário consumado) e como o servidor comum é chamado a se defender.
- **O "Calcanhar de Aquiles" Municipal:** Ateste irregular de notas fiscais (atestar sem conferir o material/serviço), fracionamento de despesas, dispensa indevida e falhas no planejamento (Termo de Referência).

3. O Escudo do Bom Servidor - A LINDB e a Segurança Jurídica

- **A Nova LINDB (Arts. 20 a 28):** O Direito "caindo na real". A obrigação legal de os órgãos de controle considerarem os *obstáculos e as dificuldades reais do gestor* antes de punir (Art. 22).
- **A diferença prática na hora do julgamento:**
 - *Irregularidade Formal:* O erro escusável da correria da prefeitura (gera recomendação, mas não gera punição severa).
 - *Erro Grosseiro:* A negligência crassa, o "assinar sem ler", atestar obra que não foi feita (Gera multa e imputação de débito no Tribunal de Contas).
 - *Dolo:* A vontade livre e consciente de lesar (Gera PAD, Improbidade e processo Penal).

4. Governança Defensiva e Casos Práticos

- **Estudo de Casos:** Apresentação de 2 casos práticos adaptados da realidade de municípios (Ex: *Um fiscal de contrato que foi pressionado a atestar a reforma de um posto de saúde não concluído; Um membro de comissão que não checkou a certidão falsa de uma empresa licitante*).
- **Governança Defensiva na Prática:** *O que não está nos autos, não está no mundo.* A importância de motivar decisões por escrito, usar checklists, não pular o parecer jurídico e exigir ordens por escrito quando a chefia solicitar algo fora do rito.

CURSO ATUALIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM: CONTRATOS, PATRIMÔNIO, GOVERNANÇA E RESPONSABILIDADE FISCAL

HORÁRIO DAS AULAS: das 08:00 às 18:00 horas com intervalos para cafezinho e almoço. Vide datas das etapas com seus respectivos módulos.

INÍCIO DO CURSO: 18 e 19 de julho de 2026.

AVALIAÇÃO: Serão realizadas atividades avaliativas obrigatórias, nas disciplinas do curso.

FREQUÊNCIA: O aluno deverá ter a frequência obrigatória mínima de 75%, no mínimo, das aulas presenciais e a distância e tiver obtido, nas disciplinas, nota igual ou superior a **7,0 (sete)**. **Se por ventura, o aluno assinar a frequência e não assistir a aula, terá sua presença anulada.**

METODOLOGIA: Serão realizadas atividades obrigatórias utilizando metodologias ativas através de: Problematização, vivências, estudo em oficina, vídeos, leituras, exercícios, atividades dissertativas e indicação de bibliografia a fim de tratar de temas inovadores sobre a matéria. As atividades desenvolvidas nos módulos deverão ser obrigatoriamente realizadas.

INVESTIMENTO

O valor do curso é de **R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)** por participante.

OBSERVAÇÕES:

1 - Todos os contratos para esse curso, deverão estar devidamente assinados pelo gestor até o limite do 2º módulo;

2 - Caso não seja apresentado o contrato assinado pelo gestor, até o início do 2º módulo, o ou os participantes desse contrato, ficarão automaticamente impedidos de assistir (em) o 2º módulo.

COMO REALIZAR A MATRÍCULA:

Entre no site da FUNDACEM, www.fundacem.org.br, acesse o **Curso de Atualização da Gestão Pública Municipal em Contratos, Patrimônio, Governança e Responsabilidade Fiscal**, clique em **Matricule-se**, preencha uma ficha que irá aparecer e clique em **enviar**, abaixo da ficha.

FORMAS DE PAGAMENTOS:

a) Diretamente na conta bancária em nome da FUNDACEM, **CNPJ: 06.150.141/0001-77 - Banco BRADESCO, Agência 3545-9, C/C nº 27292-2** com envio do comprovante do depósito por e-mail para a FUNDACEM fundacemssa@yahoo.com.br (Os depósitos bancários devem ser feitos com identificação do nome do inscrito.

b) A matrícula e pagamentos também poderão ser realizados diretamente na sede da FUNDACEM, no endereço: 2ª Travessa Gersino Coelho, 10 – Matatu, Brotas, Salvador – BA.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS: Devem ser imediatamente encaminhados pelos alunos matriculados à FUNDACEM, cópia dos seguintes documentos: Identidade, CPF, **diploma de graduação, histórico escolar da graduação** e certidão de casamento (quando houver alteração de nome).

LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CURSO

NOVO ENDEREÇO

O Curso será realizado **no município de Campo Formoso – BA.**

O Local está sendo combinado

Obs: Mudanças que por motivos imperiosos ou administrativos venham a ocorrer, o aluno será informado imediatamente.

www.fundacem.org.br

E-mail: fundacemssa@yahoo.com.br

fundacem@fundacem.org.br

2ª Travessa Gersino Coelho, 10 - Matatu | Brotas

CEP: 40.255-171 - Salvador - Bahia

Tel.: (71) 99395-8427

Tel.: (71) 3244-8427 / 3244-6701

Financeiro: (71) 99186-7431

22 ANOS

FUNDACEM



FUNDAÇÃO CÉSAR MONTES

60 instituições que apoiam a FUNDACEM nesses 22 anos de capacitação:



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia



Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DO TSE



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Associação Nacional dos Procuradores da República



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FACULDADE BAHIA DE CIÊNCIAS



CORREGEDORIA GERAL ELEITORAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Instituto Brasileiro do Direito de Criança e do Adolescente

Secretaria de Desenvolvimento Urbano

FACULDADE DE MAURÍCIO DE NASSAU

FEDERAÇÃO BAHIANA DE CÂMARAS MUNICIPAIS



Gradus



DEFENSORIA PÚBLICA BAHIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS TRIBUNALIS DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA



FACULDADE - DESDE 1906

FACIIP

União dos Municípios da Bahia



Secretaria de Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza



INGÁ INSTITUTO DE GESTÃO DAS ÁGUAS E CLIMA

Organização Internacional do Trabalho

PREFEITURA SALVADOR PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL

Grupo Nacional de Promoção de Justiça

Instituto de Gestão e Avaliação

ESPECIALIDADE EM MAGISTRADOS



ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA



TRE-BA

ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Associação Regional de Contadores da Bahia

PROJETO LEGAL

LESAUB

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES E COLABORADORES DO PODER JUDICIÁRIO



ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA BAHIA

Grupo Nacional de Membros do Ministério Público

ADVOCACIA & CONSULTORIA

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS - BAHIA

INSTITUTO DE GESTÃO AMBIENTAL

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA



Unama Universidade de Assunção

Instituto de Ensino Prof. Luiz Flávio Gomes

PREFEITURA MUNICIPAL FEIRA DE SANTANA CIDADE TRABALHO

OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE

ESCOLA FUNDAMENTAL DE BAHIA

Associação Brasileira dos Magistrados do Poder Judiciário



CEDECA CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ASSOCIAÇÃO INTEGRATIVA DOS PROFissionais de TRABALHOS NATURAIS RIO - FÍSICO - SOCIAL DA BAHIA

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA

FACULDADE EINSTEIN

Instituto Direito e Cidadania